

IVONE ANANIAS DOS SANTOS ROCHA

**AS REDES SOCIAIS DA INTERNET COMO INSTRUMENTOS
DISSEMINADORES DA DEMOCRACIA**

São Paulo, janeiro/2012

AS REDES SOCIAIS DA INTERNET COMO INSTRUMENTOS DISSEMINADORES DA DEMOCRACIA

Ivone Ananias dos Santos Rocha

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política

Disciplina: Qualidade da Democracia

Professor: José Álvaro Moisés

RESUMO

Essas últimas décadas e sobreduto o ano de 2011 ficarão para a história como o período de relevantes acontecimentos, como os inúmeros protestos políticos espalhados pelo mundo. Alguns, como os ocorridos no Brasil, consagraram a democracia. Outros tiveram como objetivo a busca por essa democracia. Entretanto, fator surpreendente e que mereceu destaque na mídia em geral, e também neste artigo, foi o canal utilizado para o chamamento e a divulgação dessas manifestações: as redes sociais mediadas pelo computador.

Ao analisar todos esses acontecimentos e tomando como base a afirmação “a democracia converteu-se na grande questão da época contemporânea” (Moisés, 1992), ficou uma questão: não fosse essa comunicação via redes sociais, este teria sido realmente o grande momento da democracia? O estudo desta questão requer algumas considerações, como: o que se entende por democracia? Qual a relação com os sistemas de accountability? Como avaliar a qualidade da democracia, principalmente em se tratando de um país onde ainda se discute a eficácia ou não do voto, como é o caso do Brasil? E, por último, qual tem sido o papel das redes sociais na disseminação da política no Brasil?

Palavras-chave: redes sociais, internet, democracia, qualidade da democracia, cultura política

CULTURA POLÍTICA

Antes de tratarmos das considerações acerca da questão que envolve este artigo, cabe uma introdução ao tema geral que permeia a discussão, qual seja a cultura política, quase uma subdivisão de cultura cívica.

“Civic culture is a set of political attitudes, habits, sentiments and behaviour related to the functioning of the democratic regime. It implies that although citizens are not necessarily involved in politics all the time, they are aware to a certain extent of theirs political rights and also of the implications of the decision making process that affects theirs life and society. Both political awareness and participation are supposed to be relevant to the stability of a political regime. By contrast citizens withdraw from political life has consequences not only for their ability to get what their want from the policial community, but also for the quality of democracy. Civic culture involves, therefore, some level of perception of the republican character of modern politics, and adds a psychological dimension to the concept of citizenship.” (Moises, 2011)

A cultura cívica refere-se ao papel da tradição política com seus valores, no sentido de democratizar e estabilizar um regime político. Tal significação vai ao encontro do pensamento de antigos filósofos como Aristóteles, ou contemporâneos como Maquiavel, Montesquieu, Tocqueville, JS Mill, Weber e Bobbio, para os quais há que se analisar se atitudes políticas, convicções e comportamentos podem representar uma condição necessária para o sucesso das democracias modernas. “The question is controversial, but it has never disappeared from the debate about the necessary conditions to achieve the ‘good government’ a political regime committed to the ideal of full human realization.” (Moisés, 2011)

Apesar das contribuições importantes da década de 1960 de autores como Gabriel Almond e Sidney Vera, ainda não se chegou a um consenso efetivo sobre a distinção de cultura política proveniente da cultura cívica. Isso se evidencia quando analisamos as peculiaridades na aplicação de determinados regimes, como os da Venezuela, Equador, Bolívia e, por que não, na Russia, pela forte tendência por lideranças. Delegar a líderes políticos nossas decisões poderia ser um tipo de cultura que represente um sistema democrático? Ou ainda, se olharmos para os modelos da

Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Japão, nos quais prevalece a participação maior da sociedade nas decisões políticas e na formação de políticas públicas, teríamos condições de afirmar ser este ou aquele um modelo democracia a ser adotado? O livro *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries*, de Gabriel Almond e Sidney Verba (1965), provocou ainda mais discussão acerca do tema, o que é absolutamente salutar, pois permite que se olhe sob a ênfase de mais variáveis, tornando a discussão política mais enriquecedora.

A publicação também aborda o avanço da metodologia e das ciências sociais, haja vista o *survey* que levantou novas questões a partir dos estudos que envolvem o indivíduo e sua relação social, fundamentados nas teorias dos séculos XIX e XX. A discussão sobre a cultura cívica notabilizou-se em consequência de regimes autoritários e da II Guerra Mundial, por meio da qual um país vitorioso tornava-se hegemônico em relação aos demais, assumindo assim a posição de liderança corroborada por todos. “A principal idéia defendida é a de que a cultura cívica, como uma forma específica de cultura política, seria a mais propensa ao surgimento e ao desenvolvimento estável de regimes democráticos.” (Castro e Capistrano. Revista de Debates, 2008). Estudo desenvolvido por Almond e Verba aponta tipos específicos de cultura política, combinando três “tipos puros” de cultura: paroquial, súdita e participativa.

- Cultura paroquial: estrutura descentralizada de valores tradicionais. Os indivíduos atuam de forma particularizada.
- Cultura súdita: autoritária, centralizada, marcada pela ausência do indivíduo no sistema político.
- Cultura participativa: como o próprio nome explica, caracteriza-se pela participação do indivíduo nas decisões políticas.

Estariam esses modelos inseridos no contexto da qualidade da democracia? Faz-se necessário melhor entendimento para uma reflexão acerca de democracia.

DEMOCRACIA

Originada do grego “demos” (povo) e “kratos” (autoridade), pode-se se dizer que democracia é uma forma de organização política por membros de determinada comunidade, os quais possuem direitos iguais de participação direta ou indireta em temas de interesses públicos e sociais. Tais direitos são determinados por fundamentação de lei ou de constituição, que estabelecem princípios de democracia, sejam por participação direta ou indireta nas decisões de ordem política e social, nas quais elegem-se representantes que se identifiquem com os interesses de um determinado grupo social.

Criada na Grécia, com apoio teórico e doutrinário de pensadores como Aristóteles, a democracia surgiu pela necessidade de se instalar um sistema de governo que oferecesse aos cidadãos a liberdade para eleger seus governantes. Estariam excluídos do processo mulheres, escravos e estrangeiros. As primeiras fundamentações teóricas acerca da democracia surgiram no século XVII, as quais certificavam que o poder dos governos nasceria de um acordo livre e recíproco, amparados pelos poderes legislativo e judiciário. Porém, somente no século seguinte, em 1748, é que foi publicada a primeira obra teórica moderna, de nome *“De L'esprit des lois”* pelo filósofo Montesquieu. A publicação trazia três tipos de governo: déspota, republicano e monárquico, recomendando ele a monarquia, por considerá-la mais prudente e sábia. Foram os Estados Unidos os primeiros a instituir um sistema democrático moderno, logo após adquirir sua independência frente à monarquia britânica.

Abraham Lincoln define a democracia como o governo do povo, pelo povo e para o povo. Giovani Sartori (1994) entende democracia como o princípio da maioria limitada. Robert Dahl subdivide o tema em três tipos: Democracia Madisoniana; Democracia Populista; e Democracia Poliárquica.

Tipos de democracia segundo teóricos

A democracia madisoniana homenagea James Madison, um dos responsáveis pela independência americana, que definia o tema como *“a government by*

the people”. Para ele, sem “*a popular press*”, a democracia se transformaria em farsa ou tragédia, ou em ambas as coisas. Dahl aponta duas hipóteses para esclarecer o grau de importância da democracia madisoniana para as instituições políticas democráticas. A primeira é o reconhecimento da necessidade de controles externos como condição para impedir a tirania. A segunda é a independência e autonomia dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário em detrimento da eliminação de controles externos. O princípio básico da democracia populista é a soberania da maioria. Já a poliárquica se vale da ordem democrática para fazer funcionar regras que possam garantir a livre expressão do voto, de maneira que prevaleça a decisão da maioria e o controle pelo povo.

Para o teórico Bobbio (1992), a propósito das definições de Dahl, a democracia madisoniana representa um freio do poder e um ideal constitucional do Estado. A populista tem como princípio a soberania da maioria e a poliárquica se baseia em direitos sociais, fundamentada por regras que possam garantir a livre expressão do voto.

Gutmann (1993) amplia a subdivisão do tema para: 1) democracia schumpeteriana; 2) democracia populista; 3) democracia liberal; 4) democracia participativa; 5) democracia social; e 6) democracia deliberativa. A schumpeteriana remete a um entendimento da democracia como condição acima de qualquer outra, ou seja, mais do que procedimento político. A populista estabelece-se como a de um governo de sustentação popular. A liberal defende a liberdade de expressão, de pensamento, de imprensa, de religião, de propriedade, de voto, entre outras. A participativa reconhece a necessidade de um povo educado politicamente para evitar o abuso de poder. A democracia social reconhece a voz da sociedade, de comunidades como fator de expressão. A deliberativa integra ideias populistas e liberais.

A despeito de todos esses estudos, Cameron (2007) entende que a democracia não pode ser encarada meramente como “um conjunto particular de instituições sem um conjunto particular de princípios subjacentes que lhes dê suporte e por meio dos quais suas performances possam ser avaliadas”. Deve-se considerar ainda, na sua conceituação teórica, as tendências minimalistas e maximalistas, ou seja, as que omitem elementos de discussão e as que incluem até elementos excessivos, as quais se baseiam em normas sobre as quais a democracia deve ser entendida e justificada

teoricamente. Em outras palavras, se há conceitos práticos de democracia apresentados por estudiosos, isso não desobriga que se estude também sua forma teórica.

Outro conceito, que não poderia faltar neste artigo é o utilizado por O'Donnell (1999), que chama a atenção para a política comparada e a separação de poderes. Em sua concepção, as democracias da América Latina, que emergiram das transições de governos autoritários nos anos 80 caracterizam-se como poliarquias (definição de Robert Dahl) e são consideradas novas democracias. Nelas, estão ausentes características como accountability horizontal, pois os presidentes querem garantir o poder sem a fiscalização do Legislativo ou do Judiciário. *“whoever wins election to the presidency is thereby entitled to govern as he or she sees fit, constrained only by the hard facts of existing power relations and by a constitutionally limited term of office”* (O'DONNELL, 1999, p. 164).

Como avaliar a qualidade da democracia no Brasil?

Essa é uma questão que ainda suscitará grandes estudos, dada sua complexidade e a falta de um consenso sobre uma definição clara do que seja, efetivamente, democracia. O assunto é frequente em trabalhos como os de O'Donnell (2004), Diamond (2005), Moisés (1995), além de Dahl (2001) já mencionado anteriormente. Porém, no caso da América Latina, a consolidação da democracia foi observada nos eventos que provocaram o fim de governos golpistas e o estabelecimento de sistemas políticos sob uma visão de reformas, com o reconhecimento dos sistemas eleitoral e judicial (LEVINE e MOLINA, 2007), a relação Executivo-Legislativo (PEREIRA e MUELLER, 2000; LIMONGI, 2006a e 2006b).

Em relação ao Brasil,

Os primeiros sinais de mudança nas orientações políticas dos brasileiros surgiram com a extraordinária derrota eleitoral do regime autoritário em 1974 (Moisés e Albuquerque, 1986c). Depois, a partir do início dos anos 80, o processo de transição política acelerou-se e, ao mesmo tempo, tornou-se mais complexo, uma vez que, desde as vitórias eleitorais de 1974 e 1978, a oposição parlamentar logrou converter-se em alternativa real de governo nos principais Estados do

país, levando suas lideranças mais importantes, desejosas de galgar postos de administração pública, a intensificar a mobilização popular contra o regime autoritário. Essa mobilização teve um duplo sentido: a) em primeiro lugar, reforçou a defesa das virtudes do regime democrático, em contraste com os vícios do regime autoritário, em sua propaganda política; b) em segundo lugar, aumentou as pressões em favor da reintrodução do sistema de eleições diretas para os cargos de governadores de Estado, através de sua ação parlamentar. Com efeito, após a batalha congressual necessária à sua aprovação, essas eleições se transformaram no *turning point* desse período da transição, o que levou alguns analistas a falarem da existência de uma diarquia no Brasil em decorrência da formação de governos democráticos na maioria dos Estados do país convivendo com o regime autoritário na esfera federal (Linz, 1983). De fato o regime não conseguia mais impedir que a alternativa democrática se tornasse efetiva, organizando-se melhor, ocupando parcelas de poder e, principalmente, acenando com formas alternativas de relação entre o governo e a sociedade. Por uma parte, isso chamava a atenção do público de massa para os pontos críticos do regime vigente; por outra, disseminava atitudes e comportamentos políticos alternativos entre a opinião pública e os diferentes atores políticos. Exemplo disso são os resultados de pesquisas de opinião que, a partir dessa fase, mostraram que a alternativa democrática começava a ganhar a afeição dos públicos de massa; tais pesquisas, embora limitadas em seu escopo, constataram, pela primeira vez desde o início dos anos 70, quando os índices de aprovação do regime autoritário tinham chegado a 80%, o surgimento de tendências, de sua rejeição entre a população (Cohen, 1979; Rochon e Mitchell, 1987)

Observa-se aí a queda do regime autoritário e a rejeição à sua fundamentação política e ideológica, dando lugar a esperanças de novos horizontes que seguindo a uma tendência de modernidade, caminharia para mobilizações democráticas que se tornara preferência pelos brasileiros, “alcançando a taxa inédita de 50% de apoio em 1989, quando se realizaram as primeiras eleições diretas para residente da República em trinta anos” (Moisés, 1993), demonstrando, com esse fato, que podia conviver com contradições.

A década de 80 começa com uma grave crise econômica e social, com taxas elevadas de desemprego e inatividade industrial e, ao final, a população já havia convivido com um governo federal civil, depois de 20 anos de militarismo e quase dois períodos de quatro anos de governos estaduais eleitos sob a égide da democracia. Era ainda o início do processo democrático de um governo civil, mas os eleitores aclamavam por mudanças imediatas na solução dos principais problemas, como os apresentados anteriormente. Isso levou a um estado, talvez o maior de sua história, de

expressiva mobilização de massa, que foi a campanha por eleições diretas para presidente, sob a argumentação de que a solução dos problemas estaria relacionada ao fim do regime autoritário e, por conseguinte, no voto direto (Moisés, 1995). Para que essa mobilização ocorresse, foi necessária a participação ativa e sem precedentes da mídia, sobretudo da imprensa. O papel dos veículos foi preponderante para o movimento. Hoje, talvez esse papel fosse maior por parte de outra mídia, a social, por meio das redes e outros instrumentos de interatividade e colaboração proporcionados pela internet. Se isso ocorresse, certamente haveria maior diversidade de público ainda.

Por todo o exposto acerca da qualidade da democracia, de uma maior liberdade política e da permissividade de fiscalização pelo eleitor sobre as ações de governos e parlamentares, o temo *accountability* tem sido bastante expressivo, sobretudo nas análises, estudos e comentários de especialistas.

Para uma definição de *accountability*, são bem pertinentes os esclarecimentos do doutor em ciência política pela universidade de Viena, Andreas Schedler. Ele apresenta duas distinções: a) *answerability*, a capacidade de resposta dos governos ou a obrigação das instituições públicas de informarem e explicarem seus atos; e b) *enforcement*, ou a capacidade das agências de *accountability* (*accounting agencies*) de impor sanções e perda de poder para aqueles que violaram os deveres públicos. “A noção de *accountability* é, basicamente, bidimensional: envolve capacidade de resposta e de punição (*answerability* e *enforcement*).” Em outras palavras, pode-se definir *accountability* como o controle do poder. Para Schedler (1999), a dimensão da *answerability* poderia ter um caráter informacional e outro argumentativo e contemplaria a informação das decisões e a necessidade dos governantes de explicarem essas decisões. Uma outra dimensão da *accountability* referir-se-ia a punições, ou seja, aos elementos responsáveis pelo cumprimento da lei e que por conseguinte, viriam acompanhados de sanções legais. Entretanto, quando se aborda o controle de poder, é importante destacar como se imprime esse controle; de baixo para cima (*accountability vertical*) ou de igualdade (*accountability horizontal*).

O'Donnell (1998) esclarece as duas formas. A noção de *accountability* vertical pressupõe uma ação entre desiguais, seja de baixo para cima, como no caso do voto, ou de cima para baixo, na forma de controle burocrático. *Accountability horizontal*

pressupõe uma relação entre iguais, via *checks and balances*, via uma vigilância mútua entre os três poderes do estado. Entretanto, em se tratando de *accountability* horizontal, fica a dúvida de como se situariam os agentes da sociedade civil. O'Donnell se baseia nas três correntes clássicas do pensamento político, quais sejam, democracia, liberalismo e republicanismo e no princípio das poliarquias, de Dahl.

Em se tratando de *accountability* vertical, a questão que se coloca é: quais os limites do voto para induzir a atuação dos governantes, no sentido de promover uma política de vío ao encontro dos interesses dos cidadãos? As eleições constituem o mecanismo democrático de representatividade? A análise dessa questão estaria relacionada a algumas ações de governo: responsiva, adota política que é de preferência dos cidadãos; *accountable*, permite aos cidadãos o controle das ações, podendo punir os não representativos. Entretanto, outra problemática seria: agindo de uma ou de outra forma, não é possível afirmar se um governo é responsável sem ser representativo.

Accountability horizontal norteia-nos às “agências estatais que têm o direito e o poder legal e que estão de fato dispostas e capacitadas para realizar ações, que vão desde a supervisão de rotina a sanções legais ou até o *impeachment* contra ações ou emissões de outros agentes ou agências do Estado que possam ser qualificadas como delituosas” (O'Donnell, 1998). O autor conclui que a autonomia, inclusive financeira, entre os poderes; a existência de informação confiável e adequada; bem como redes bem estruturadas constituem os recursos institucionais necessários. Apesar de todas essas argumentações, ainda se questiona se *accountability* horizontal pode oferecer garantia para o exercício da democracia.

Qualidade da democracia

As discussões acerca de sistemas e governos democráticos, bem como formas de *accountability*, fazem maior sentido quando analisadas sob a ótica da qualidade da democracia. O grande desafio é como medir essa qualidade. Para Bühlmann, Merkel e Wessels (2007), a democracia, por si só está relacionada a princípios e idéias que norteiam o regime democrático. Segundo os autores, ela se sustenta pelos pilares da igualdade, liberdade e do controle, podendo haver

interdependência entre eles. *Neither freedom without equality nor equality without freedom is possible. Control can guarantee these two principles, but has to be shaped by the norms of freedom and equality. In other words: the three principles are complementary.* (Bühlmann, Merkel e Wessels, 2007, p. 13).

Apesar de tamanha relevância do tema, ainda há poucos trabalhos que o avaliam. Há que se destacar *The quality of Democracy: Theory and Applications* (O'DONNELL, CULLELL e IAZZETTA, 2004) e *Assessing the Quality of Democracy* (DIAMOND e MORLINO, 2005). O principal objetivo é encontrar indicadores capazes de mensurar a qualidade da democracia de um determinado país.

Diamond e Morlino apontam oito dimensões de qualidade, cinco seriam procedimentais: 1) O estado de direito, 2) participação, 3) competição, 4) *accountability* vertical, e 5) *accountability* horizontal; e três indicadores substantivos da qualidade da democracia. Essas cinco dimensões diriam respeito fundamentalmente a normas e práticas. Outras duas dimensões teriam caráter substantivo, por natureza: 1) respeito às liberdades civis e políticas, e 2) implementação progressiva de maior igualdade política (e, subjacente a ela, também maior igualdade econômica e social). A última dimensão, a responsividade, atuaria como um *link* entre as procedimentais e as substantivas e teria a função de mensurar o alcance das políticas públicas nas demandas e preferências dos cidadãos.

Para medir a qualidade da democracia, Levine e Molina (2007) apontam cinco dimensões: 1) decisão eleitoral; 2) participação; 3) responsividade; 4) *accountability*; e 5) soberania. De cada uma delas são extraídos os indicadores de medição da qualidade da democracia, quais sejam: a) Polity IV; b) Freedom House; e c) PNUD.

O Projeto Polity, em sua quarta versão, atualizado em 1998, originou-se na Universidade Maryland, Estados Unidos, e abrange 162 países com população acima de 500 mil habitantes, aos quais é cauculada sua situação em relação à qualidade da democracia a partir do ano de 1800. Atua na coleta de dados atualizados, monitorando frequentemente mudanças de regime ocorridas nesses países.

A Freedom House foi fundada em 1941 por estudiosos americanos. É uma organização sem fins lucrativos, com sede em Washington, que se define como “*a clear voice for democracy and freedom around the world*”. Utiliza-se de pesquisas, programas internacionais e publicações sobre direitos humanos, democracia, economia de livre mercado, estado de direito, meios de comunicação independentes e comprometimento dos Estados Unidos no exterior. Para a medição da qualidade da democracia, utiliza indicadores e relatórios publicados em todo o mundo

O Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) objetiva avaliar a democracia na América Latina, com a argumentação de qual democracia pressupõe uma idéia do ser humano e da construção da cidadania; é uma forma de organização do poder que implica a existência e o bom funcionamento do Estado; implica uma cidadania integral, isto é, o pleno reconhecimento da cidadania política, da cidadania civil e da cidadania social; é uma experiência histórica particular na região, que deve ser entendida e avaliada em sua especificidade; e finalmente, tem no regime eleitoral um elemento fundamental, apesar de não se reduzir às eleições. Foi o Pnud o financiador do Projeto sobre o Desenvolvimento da Democracia na América Latina (Proddal), e que gerou o relatório “A democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãs e cidadãos”, publicado em 2004.

AS REDES SOCIAIS NA INTERNET

Desde 2008, quando a mais importante campanha política do mundo teve como principais protagonistas as redes sociais da internet, a comunicação nunca mais foi a mesma. Ampliou-se, ocupou espaços e envolveu pessoas de todo o mundo. Nos Estados Unidos, a campanha de Barack Obama não mobilizou apenas os eleitores daquele país, serviu de modelo para o mundo todo. Os países cuja democracia já estava instalada e consagrada utilizaram o modelo de Obama para ampliar as mobilizações, fruto dessa tal democracia. Os que ainda viviam sob a égide de um regime autoritário encontraram nesse modelo um canal de voz pleno e soberano, por meio do qual determinariam mudanças que marcariam para sempre a história.

Na campanha de Obama, o Twitter e o YouTube foram fundamentais na formação de opiniões e de conceitos. Além de acompanhar o dia a dia do candidato, a população ouviu e repetiu o “*Yes, we can*”, vídeo *mashup* criado por William do Black Eyed Peas. Essa audiência nas redes se repetiu nas urnas americanas, com um dos maiores índices de comparecimento de todos os tempos daquele país.

No Brasil, nesse mesmo ano presenciou-se um grande volume de chuvas, provocando uma das maiores catástrofes do estado de Santa Catarina. A principal salvação daquele povo ocorreu por meio das redes sociais. Blogs, Twitter, *Instant Messenger*, entre outros recursos de interatividade foram os canais utilizados para chamar a atenção de todo o Brasil e levar ajuda dos mais variados tipos.

Mais recentemente na Tunísia, depois que um desempregado ateou fogo em seu próprio corpo, por ter sua barraca de legumes confiscada pela polícia, e das revelações do site Wikileaks de negócios escusos da família do presidente Zine El-Abidine Ben Ali, pressionado pela população renuncia ao cargo. Outro ditador, Hosni Mubarak, presidente do Egito por 30 anos, também não suportou a pressão de 18 dias de protestos. Situação ainda mais dramática foi vivida na Líbia por Muamar Kadafi, que foi morto em outubro de 2011, após 42 anos no poder. O fato foi desencadeado depois de uma sangrenta guerra civil que contabilizou 30 mortos e que teve até a intervenção da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Outro ditador derrubado depois de protestos populares foi Ali Abdullah Saleh, do Iêmen, obrigado a renunciar seu mandato de 35 anos.

E não foi só entre os povos pobres, que viviam sob o domínio da ditadura, que ocorreram mobilizações populares. O movimento dos indignados espanhol, conhecido como 15-M por ter iniciado em 15 de maio, tomou conta de praças de todo o país, exigindo o aperfeiçoamento do sistema democrático. O *Occupy Wall Street* foi outro ato de protesto iniciado em Nova Iorque, se espalhando por outras cidades dos Estados Unidos. O objetivo era reivindicar maior representação política, já que não se sentiam representados pelo 1% dos políticos que controlavam o país. Os russos também se rebelaram. As manifestações ocorreram no final de 2011 contra o partido Russia Unida, de Vladimir Putin, depois de suspeitas de fraudes nas eleições de 4 de dezembro.

Os protestos ocorridos no Brasil em 2011 e que tiveram maior repercussão foram:

- Em São Paulo, dos alunos da USP, cujo estopim teria sido, segundo divulgou a imprensa, a ação da polícia militar contra estudantes que fumavam maconha no campus; a de professores e alunos da USP e Unifesp por investimentos de 10% do PIB na educação do país; o conhecido como “gente diferenciada” com o fechamento de ruas de Higienópolis, que repudiava tentativa dos moradores daquele bairro de impedir a construção de uma estação do metrô, receosos do local ser invadidos por pessoas da periferia; e as manifestações contra a homofobia que tiveram, inclusive, a participação de parlamentares federais.
- No Rio de Janeiro, uma das mobilizações foi contra a corrupção, exigindo o fim da impunidade aos políticos e protestos contra a construção da usina de Belo Monte; em outra, políticos daquele estado manifestaram-se contrários às regras para distribuição de royalties do petróleo.

A relação desses atos nacionais ou internacionais é que em todos eles foram utilizadas as redes sociais mediadas pelo computador como instrumentos de convocação e de intercâmbio de informações. Twitter e Facebook foram os maiores protagonistas, onde se concentraram dados sobre a forma de organização dos protestos e, depois de ocorridos, fotos e vídeos feitas, principalmente por câmeras fotográficas de aparelhos celulares, servindo até para pautar a imprensa.

Como afirma o advogado, doutor em Direito Internacional pela USP, Eduardo Felipe Pérez Matias,

Claro que os fatores que geraram revoltas – entre eles, a insatisfação da juventude, sem emprego e sem perspectivas, e a vontade de se livrar de regimes opressores, corruptos ou simplesmente incompetentes – fazem parte do mundo real. Também ocorreram no mundo real as manifestações que tomaram as ruas. No entanto, as ferramentas que permitiram que essas pessoas espalhassem a sua mensagem e se organizassem são virtuais. E, graças a elas, essa organização se deu de forma rápida como nunca se viu.

Esses recursos de comunicação e relacionamento proporcionados pela internet conseguem mobilizar pessoas, integrar interesses comuns e unificar o diálogo formando opinião numa proporção nunca antes conseguida pela chamada mídia convencional. Esses fenômenos provocados pelas redes sociais representam as mudanças profundas nas formas de organização, identidade, conversação e mobilização social: o advento da Comunicação Mediada pelo Computador (Recuero, 2008). Essa nova forma de comunicação permite que se criem redes protagonistas de fenômenos, desde o sucesso de Barack Obama até a queda de regimes ditatoriais e a mudança de comportamento de cidadãos, conforme os relatos dos acontecimentos que motivaram os protestos em todo o mundo.

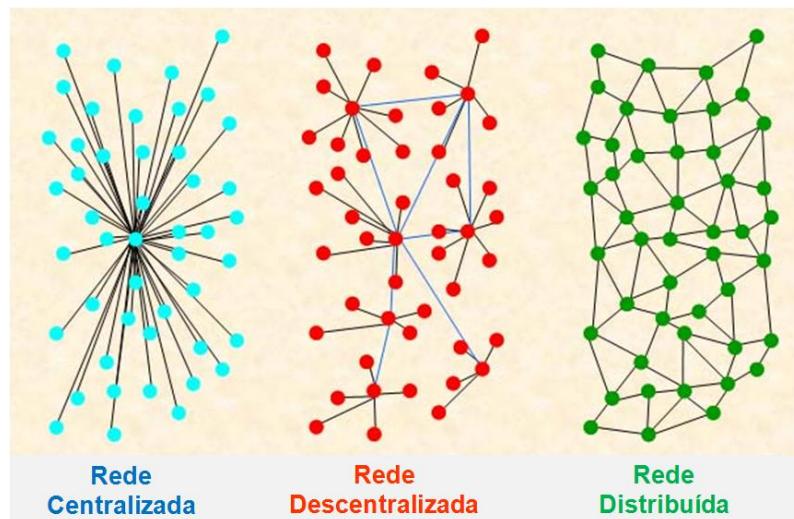
Embora as redes sociais se apresentem como instrumentos novos, estudos sobre o tema vêm ocorrendo desde o início do século XX. Não é raro encontrar análises da sociedade sob o conceito de rede, visando a compreensão do paradigma referenciado como analítico cartesiano, que foi um dos pilares da evolução do mundo moderno, embora desconsidere os sentimentos íntimos do ser humano. Como bem ressalta Raquel Recuero na publicação “Redes Sociais na internet” (2008), Ludwig Von Bertalanffy (1975) desenvolveu a “Teoria Geral dos Sistemas” nas décadas de 40 e 50, na qual argumentava que de uma maneira ou outra somos forçados a tratar totalidades ou sistemas como complexos em todos os campos do conhecimento, o que implica em reorientação do pensamento científico. Na visão de Bertalanffy, para entender um fenômeno é preciso observar não apenas suas partes, mas suas partes em interação.

“O aparecimento da física quântica, na década de 20, com os estudos de Einstein, Heinsengerg e outros, por exemplo, a partir da perspectiva do estudo das interações nos níveis subatômicos, teve impactos profundos na Física. Einstein demonstrou que a matéria e energia poderiam comportar-se do mesmo modo. Heinsenberg, em um dos estudos mais notáveis de seu tempo, demonstrou que as micropartículas que compunham os átomos não apenas poderiam comportar-se como energia, mas, igualmente, estar presentes em diversos lugares ao mesmo tempo” (Recuero, 2008, p.17) .

Há ainda outros conceitos acerca da interação entre o funcionamento de máquinas a partir dos sistemas biológicos, como a matemática não-linear na década de 60, a complexidade sistêmica encontrada na biologia, na educação e, por que não, na comunicação. Esses estudos mais antigos acabaram aceitos por cientistas da

modernidade e culminaram nos estudos de redes, iniciados, sobretudo, por matemáticos, mas que foram totalmente inseridos nas análises desenvolvidas pelas Ciências Sociais.

Com a compreensão desses conceitos torna-se mais facilitado o entendimento do projeto do engenheiro Paul Baran, que no início da década de 60, no período da Guerra Fria, quebrou os dados enviados pela rede em pequenos pacotes, denominando-os de *message blocks* (blocos de mensagem), para que as informações fossem enviadas em partes a fim de serem unidas nos seus destinos, assim como é a internet. Seu objetivo era construir uma rede de comunicações distribuída, menos vulnerável a ataques ou a quedas, como ocorria com as redes convencionais, de forma que os dados pudessem trafegar e serem disseminados mesmo diante de um ataque nuclear. A rede, chamada Arpanet, foi um sucesso resultando na internet que conhecemos hoje.



Os gráficos de Baran, apresentados nesta figura, apesar de relacionar cada ponto a um computador, exemplificam os estudos, principalmente, quando se define cada ponto como uma pessoa e uma máquina e não apenas uma máquina.

“A Capacidade de transmitir é a capacidade para unir vontades, para convocar, para atuar. A capacidade para transmitir é uma condição prévia à ação política. E em toda estrutura descentralizada, tal capacidade concentra-se, na realidade, em alguns poucos nodos” (Ugarte, 2008, p. 25)

Nas redes sociais de internet convencionais, as descentralizadas, tal como se apresentam no Facebook, no Twitter, nos Instant Messenger etc., ninguém depende de ninguém para se conectar e tudo se conecta com tudo. Elas possibilitam que atores possam construir, interagir e comunicar com outros atores, deixando rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através desses rastros. Os novos estudos consideram, portanto, esses rastros. E é por esses rastros que se consegue conhecer perfis, características e comportamentos e, com eles, estudar probabilidades.

Entramos em um ano de eleições, quando os eleitores brasileiros escolherão seus representantes no executivo e no parlamento municipais. É um período em que agências de comunicação e institutos de pesquisas voltam seus esforços aos estudos mencionados anteriormente. É quando o tema democracia recebe mais destaque, seja pelos atores da política ou da sociedade. É também quando as redes sociais serão evidenciadas, sobretudo pela sua característica de interatividade, pois poderão tornar o processo mais democrático, mais participativo e amplo.

"A interatividade pode ainda resgatar o caráter dialógico da discussão pública de plataforma, planos e programas de atuação do candidato, no lugar da mera exibição pública, da cena política controlada pela comunicação de massa" (BRANDÃO JR, 2005, p.3-4).

As redes devem ser potencializadas e distribuídas para serem aproveitadas plenamente por aqueles que acreditam em um mundo distribuído. Em um mundo assim, o conflito informativo adota a forma de um *swarming* no qual os nodos sincronizam mensagens de forma a propiciar uma mudança na agenda pública e na mobilização espontânea e massiva nas ruas (Ugarte, 2008). Não deixa de ser uma estratégia de ciberativismo, na qual o que se vê nas redes e que possa ser consumido ou aproveitado por outros seja disseminado.

Aproveitando-se de um ano de eleições, este período pode servir de reflexão sobre qual o papel das redes sociais no fortalecimento dos sistemas de *accountability*, como instrumentos de suporte ao controle das ações dos políticos e à formação de

políticas públicas que atendam às necessidades e condizam com os perfis da sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

BERTALANFFY, L. V. Teoria Geral dos Sistemas. 2^a ed. Petrópolis: Vozes, 1975

BOBBIO, Norberto. 1987. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro, Paz e Terra

CASTELLS, M. A Galáxia da Internet. Reflexões sobre a Internet, os Negócios e a Sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003

_____. A Sociedade em Rede. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999

CASTRO, H. C. O. & CAPISTRAN, D. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 2, n.1, p. 75-97, jan.-jun.2008

DAHL, Robert A. (1971) *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven, Yale University Press.

DIAMON, L. & MOLINO, L., 2005, Assessing the Quality of Democracy

INGLEHART, Ronald. (1990) *Culture Shift in Advanced Industrial Societies*. Princeton, Princeton University Press.

LEMOS, André. Cibercultura. Alguns pontos para entender nossa época. In: LEMOS, André; CUNHA, Paulo (orgs). Olhares sobre a Cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2003; pp. 11-23

MATIAS, E. F. P. Inverno econômico e primavera política marcaram o ano. Revista *Consultor Jurídico*, janeiro/2012

MC LUHAN, M. Os Meios de Comunicação com Extensões do Homem. São Paulo: Cultrix, 1964

MOISÉS, José Álvaro. Os Brasileiros e a Democracia: Bases Sócio-Políticas da Legitimidade Democrática. São Paulo: Ática, 1995

MOISÉS, J. A., 2011, “Civic Culture” in Enciclopédia Internacional de Ciência Política organizada pela IPSA (International Political Science Association) e a editora SAGE (no prelo)

O'DONNELL, Guilhermo (1998) “Accountability horizontal e novas poliarquias”, *Lua Nova*,º 44

O'DONNELL, Guilhermo (2000). *Notas sobre várias accountabilities*.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SCHEDLER, Andréas (1999) “Conceptualizing accountability” In. Andreas Schedler, Larry Diamond, Marc F. Plattner (eds.) *The sel-Restraining State. Power and Accountability in newdemocracies*. Boulder and London, Lynne Rienner Publishers.

TAPSCOTT, Don. *The Digital Economy: Promise and Peril in the Age of Networked Intelligence*. New York: McGraw-Hill, 1996

WEBER, M *Conceitos Básicos de Sociologia*. São Paulo: Editora Moraes, 1987

WILLIAMS, C. B.; GULATI, G. J. The political impact of Facebook: Evidence from the 2006 midterm elections and 2008 nomination contest. *Politics & Technology Review*, 1, 11-21, 2008.